Congresso vota leis em ritmo de maratona

As dezenas de matérias aprovadas mal foram lidas antes da votação

RIBAMAR OLIVEIRA
ALDO RENATO

BRASÍLIA - Desde quarta

feira, o Congresso está numa verdadeira maratona de votação. Pressionado pelo tempo, pois o recesso parlamentar começou ontem, o Legislativo votou cerca de 80 medidas provisórias e projetos de lei que estavam acumulados na pauta de fim de ano. O ritmo foi tão intenso que até mesmo os taquígrafos da Casa, notoriamente ágeis tiveram dificuldade de anotar o que estava sendo dito e votado. "Temos de limpar a pauta de qualquer maneira", disse aos jornalistas o senador Renan Tito, líder do PMDB no Senado, enquanto entrava apressadamente no plenário, sexta-feira à tarde. É fim da festa", resumiu ironicamente o deputado César Maia (PDT-RJ). A tradicional corrida do fim de ano no Congresso teve um ritmo mais frenético este ano. Os senadores e deputados estavam apressados não apenas por causa da perspectiva do recesso parlamentar, que para eles significa o retorno aos seus locais de origem, onde começarão os preparativos da campanha visando à reeleição em outubro de 1990, mas também para votar matérias que não poderiam ficar para a próxima legislatura, como as numerosas medidas provisórias encaminhadas pelo presidente José Sarney ao acabar o ano.

Até 1988, o presidente baixava decretos-leis a respeito de assuntos que considerava urgentes para serem definidos. Pelo novo texto constitucional, o presidente determina, nesses casos, medidas provisórias que precisam ser apreciadas no prazo de 30 dias pelo Congresso, sob pena de perderem a força de lei. Este ano, o Congresso foi obrigado a votar também uma série de projetos de lei que regulamentavam dispositivos constitucionais, apresentados pelo Executivo ou pelos próprios parlamentares.

SEM QUÓRUM

Quase todas as matérias foram aprovadas com o plenário vazio. Por falta de quórum, o Legislativo utilizou o mecanismo do acordo de lideranças para garantir a aprovação dos projetos. Os poucos parlamentares presentes nem sequer sabiam com exatidão o que estava sendo votado. Verificavam apenas se os líderes de seus partidos participavam das articulações em torno da matéria. O presidente do Congresso, senador Néilson Carneiro, lia o projeto, dizia que o parecer do relator era favorável, colocava em votação e, imediatamente, sentenciava: aprovado. As matérias que não tinham acordo de lideranças eram retiradas de pauta, sem maiores discussões. Carneiro, 79 anos, dividiu com o senador Iran Saraiva (PDT-GO) a pesada tarefa de presidir as sessões do Congresso em ritmo de maratona. O senador carioca, mesmo assim, defende a sistemática do acordo de lideranças para votar as matérias.

"O Congresso não pode ficar esperando pelo parlamentar que não lê o que está votando. Tem de votar", afirmou Carneiro. Segundo ele, cada parlamentar recebe com 24 horas de antecedência os textos das matérias a serem votadas.

Entre quarta e sexta-feira, o Congresso aprovou o polêmico orçamento da União para 90, os pedidos de créditos suplementares ao orçamento deste ano feitos pelo presidente José Sarney, no total de NCz\$ 109,4 bilhões, um corte nos incentivos fiscais, uma ampliação dos benefícios do seguro-desemprego, uma compensação financeira aos Estados e Municípios pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica e ampliou o número de Zonas de Processamento de Exportações ZPEs que podem ser instaladas no País, entre outros assuntos de interesse do contribuinte, do empresariado e dos responsáveis pela administração pública. O Senado aprovou, ainda, um projeto de lei que estabelece a livre negociação entre empregadores e empregados para fixar a participação dos trabalhadores no lucro.

O que foi votado

Alguns dos principais projetos de lei aprovados, ou em tramitação, que foram analisados pelo Congresso nos últimos dias:

■ **Lucros** — A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, prevista no artigo 218 da Constituição, será definida em livre negociação entre empregadores e empregados, segundo projeto de lei do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), aprovado pelo Senado. O projeto será apreciado, no próximo ano, pela Câmara, antes de ter força de lei. De acordo com o projeto, o valor que for distribuído aos trabalhadores será excluído do lucro da empresa sujeito a tributação.

■ **Seguro desemprego** — O Senado aprovou projeto de lei, originário da Câmara, ampliando os benefícios do seguro desemprego. O projeto vai agora à sanção presidencial. Foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mantido com recursos do PIS/Pasep e com taxas a serem pagas pelas empresas que mais demitem sem justa causa. O empréstimo dos recursos será feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com juros entre 5% e 6% ao ano. Além disso, o projeto reduz as exigências para que um desempregado requisite o seguro. O limite máximo do seguro desemprego foi ampliado para três salários mínimos mensais (antes era de 1,5 salário).

■ **Incentivos fiscais** — Um projeto reduzindo os incentivos fiscais concedidos às empresas exportadoras, às aplicações na área de informática e na importação de máquinas e equipamentos foi aprovado pelo Congresso e deverá agora ser

sancionado pelo presidente. A partir do ano-base de 1990, as empresas exportadoras passarão a recolher 18% de Imposto de Renda sobre o lucro com exportações, em vez dos 6% atuais. O projeto também reduziu incentivos nas áreas dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados (IPI) concedidos aos setores siderúrgicos, de material esportivo e de informática.

■ **Créditos suplementares** — O governo conseguiu que o Congresso aprovasse 36 pedidos de créditos suplementares ao orçamento deste ano, no total de NCz\$ 109,4 bilhões, dos quais NCz\$ 93,4 bilhões por conta da emissão de títulos públicos. Desse total, NCz\$ 27 bilhões serão gastos em pagamento de pessoal e encargos sociais.

■ **Compensação aos Estados e Municípios** — Os Estados e Municípios terão agora uma compensação financeira pelo aproveitamento dos recursos hídricos utilizados na geração de energia elétrica, se o projeto de lei, aprovado na Câmara e no Senado, for sancionado por Sarney.

■ **Contribuição para a CVM** — O Senado aprovou projeto de lei, que terá de ser apreciado ainda pela Câmara, criando uma taxa de contribuição para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a ser paga pelas empresas fiscalizadas pela instituição. Com essa contribuição, a CVM deixa de ser mantida pelo Tesouro.

■ **Servidores públicos** — A medida provisória que parcelou em três vezes o resíduo inflacionário de 1989, a que os servidores públicos, civis e militares teriam direito em janeiro foi aprovada pelo Congresso. Os 39,55% serão pagos em três parcelas de 11,75% nos meses de janeiro, fevereiro e março.